

O curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFV: Tecendo trajetórias dos sujeitos da Educação do Campo na universidade

The Degree in Rural Education/UFV: Weaving trajectories of the subjects of Rural Education at the university

La Licenciatura en Educación Rural/UFV: Tejiendo trayectorias de las asignaturas de Educación Rural en la universidad

Submetido: 10/04/2022 | Aceito: 05/09/2022 | Publicado: 17/10/2022

Natália Cristina Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3760-3118>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: natalia.cristina.lopes@educacao.mg.gov.br

Tatiana da Rocha Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8712-1926>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: tatiana.vieira@ufv.br

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer, descrever e analisar as trajetórias sociais e escolares dos estudantes que ingressaram no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LICENA) - UFV. Em termos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como um estudo com abordagem qualitativa envolvendo a conjugação dos procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário, observação e realização de entrevistas semiestruturadas. Para esse artigo, tomamos como referência os dados obtidos a partir do questionário respondido por 60 estudantes da LICENA, que tratava de coletar informações sobre o percurso escolar dos licenciandos anterior ao ingresso no curso, níveis de escolarização e ocupação dos pais, faixa etária, sexo, vínculos com os movimentos sociais e populares do campo, dentre outros aspectos. Os dados obtidos foram analisados de acordo com os pressupostos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2005). As discussões e análises levam-nos a inferir que os estudantes do curso de licenciatura em Educação do Campo abarcam uma diversidade social, de modo que essas experiências podem proporcionar a universidade um processo de democratização que abranja os coletivos diversos em suas especificidades.

Palavras-chave: Educação do campo; universidade; licenciatura em educação do campo.

Abstract

This article presents the results of a research that aimed to know, describe and analyze the social and school trajectories of students who entered the Degree in Rural Education (LICENA) - UFV. In methodological terms, the research was characterized as a study with a qualitative approach involving the combination of technical procedures of bibliographic research, application of a questionnaire, observation and conducting semi-structured interviews. For this article, we took as a reference the data obtained from the questionnaire answered by 60 LICENA students, which sought to collect information about the educational background of undergraduates prior to entering the course, education levels and parents' occupation, age group, sex, links with social and popular movements in the countryside, among other aspects. The data obtained were analyzed according to the assumptions of Content Analysis (BARDIN, 1977; FRANCO, 2005). The discussions and analyzes lead us to infer that the students of the degree course in Rural Education embrace a social diversity, so that these experiences can provide the university with a democratization process that encompasses the diverse collectives in their specificities.

Keywords: Field education; university; degree in rural education.

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una investigación que tuvo como objetivo conocer, describir y analizar las trayectorias sociales y escolares de los estudiantes que ingresaron a la Licenciatura en Educación Rural (LICENA) - UFV. En términos metodológicos, la investigación se caracterizó por ser un estudio con enfoque cualitativo que involucró la combinación de procedimientos técnicos de investigación bibliográfica, aplicación de un cuestionario, observación y realización de entrevistas semiestructuradas. Para este artículo se tomó como referencia los datos obtenidos del cuestionario respondido por 60 estudiantes de LICENA, el cual buscaba recabar información sobre la formación de los estudiantes de pregrado previo al ingreso a la carrera, niveles de instrucción y ocupación de los padres, grupo de edad, sexo, vinculación con movimientos sociales y populares del campo, entre otros aspectos. Los datos obtenidos fueron analizados según los supuestos del Análisis de Contenido (BARDIN, 1977; FRANCO, 2005). Las discusiones y análisis nos llevan a inferir que los estudiantes de la carrera de Educación Rural abrazan una diversidad social, por lo que estas experiencias pueden dotar a la universidad de un proceso de democratización que abarque a los diversos colectivos en sus especificidades.

Palabras clave: Educación de campo; universidad; licenciatura en educación rural.

1. Introdução

Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado que trata das trajetórias escolares de estudantes de licenciatura em Educação do Campo, cujo objetivo principal consistiu em conhecer, descrever e analisar as trajetórias sociais e escolares dos estudantes que ingressaram no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LICENA) - UFV no ano de 2014, que atuam em movimentos sociais e populares do campo.

Nesse sentido, esta pesquisa está inserida no cenário da mobilização e organização dos povos do campo, que, diante da não garantia dos seus direitos por parte do poder público, articulam as suas lutas pelo direito à terra e ao acesso à educação escolar. Este movimento que vem ocorrendo no contexto brasileiro desde a década de 1990 tem afirmado outro projeto de escola e de sociedade, pautado num modelo de educação específico para os sujeitos do campo, abarcando questões vinculadas à diversidade de culturas, relações e modos de vida diferenciados dos povos do campo (MUNARIN, 2008).

As conquistas alcançadas por esse Movimento pela Educação do Campo ao longo de anos de lutas dos movimentos sociais do campo foram permeadas por muitos desafios e retrocessos, colocando em discussão novas questões aos educadores, à escola, ao Estado e à sociedade. Dentre elas, estão as demandas e debates referentes à necessidade de formação específica dos educadores do campo, como possibilidade de melhorar a qualidade da escolarização na Educação Básica.

Foi a partir desta inquietação sobre a necessidade de uma formação específica para os educadores do campo e da inclusão desta questão na agenda política do país que os movimentos sociais e sindicais do campo, através das parcerias firmadas com universidades públicas brasileiras, desenvolveram os cursos intitulados Pedagogia da Terra, a partir dos

quais desenvolveram importantes experiências pedagógicas que possibilitaram, posteriormente, a operacionalização do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo - PROCAMPO. Este programa apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo em instituições públicas de Ensino Superior, direcionados especificamente para a formação de docentes para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais (BRASIL, MEC, 2014).

Conforme aponta Antunes-Rocha (2010, p. 389-390), os cursos de Licenciatura específicos para a formação de educadores do campo são iniciativas recentes, sendo necessário “um olhar mais descritivo, um dar a conhecer para que possa ser lido, problematizado e escrito por mais pessoas”. Para a autora, torna-se fundamental a realização de estudos que busquem conhecer os estudantes que realizam estes cursos, suas trajetórias escolares, seus interesses, sua condição socioeconômica e suas expectativas. Tendo em vista contribuir com a discussão a respeito da formação de educadores do campo, a partir da implementação dos cursos de licenciatura específicos e da compreensão das características dos jovens que ingressam nestes cursos.

Para tanto, focalizamos neste estudo o resgate da história da Educação do Campo no Brasil. Consideramos esta contextualização necessária para que compreendamos as principais mudanças e aspectos relevantes nos diálogos realizados pelos movimentos sociais, pelas universidades, pelos órgãos governamentais e pela sociedade civil em torno da Educação do Campo, que culminaram na criação das licenciaturas para formação de educadores do campo. Em seguida, apresentamos o curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa. A partir daí, cuidamos de discutir aspectos do perfil dos estudantes deste curso. Finalizamos o texto, com algumas considerações acerca da compreensão das características destes estudantes e dos desafios para a universidade diante do ingresso de novos perfis de alunos no ensino superior.

1.1. Educação do Campo: Resgate da história da Educação do Campo no Brasil

Nas últimas décadas, a problemática relacionada à educação da população que vive e trabalha no campo tornou-se evidente nos debates e nas políticas públicas em nosso país através da luta dos movimentos sociais, das universidades, das organizações governamentais e não governamentais pelo direito ao acesso à educação.

É necessário enfatizar que esta luta emerge a partir da mobilização e organização dos trabalhadores diante da situação de desemprego, da precarização do trabalho e da inexistência de condições materiais para a sobrevivência de todos no campo, resultantes dos avanços da exploração capitalista e do processo de modernização da agricultura (VENDRAMINI, 2007).

A Educação do Campo inicia um movimento nacional para a construção de uma escola do campo, vinculada ao processo de construção de um novo projeto de desenvolvimento para esse contexto social. Para Caldart (2009, p. 39), a Educação do Campo não surgiu apenas para criticar a situação educacional, mas para repensar a realidade dos trabalhadores em suas lutas pela terra, pela igualdade social e por melhores condições de vida.

A discussão em torno dos direitos sociais da população camponesa iniciou-se na década de 1980, a partir de intensa mobilização dos movimentos sociais em defesa de uma educação que fosse apropriada aos camponeses, com a aprovação da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização do país (SANTOS, 2011). No entanto, esse cenário de ausência de políticas específicas para a educação no meio rural começa a se transformar somente nos anos 1990, a partir das reivindicações dos movimentos e organizações populares do campo (MUNARIN, 2008). O aceno foi dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN 9394/96, no seu artigo 28, ao propor a promoção de um espaço para outra forma de ensino no campo, em que se passou a pensar uma formação em que se considere a adaptação, a adequação necessária e as peculiaridades da dinâmica do campo, tanto no aspecto organizacional como também nas propostas metodológicas e curriculares, consolidando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação, e respeitando as singularidades culturais e regionais.

Em 1997 foi realizado o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), organizado pelo MST com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Universidade de Brasília (UnB). Na ocasião, essas entidades desafiaram o MST a levantar uma discussão mais ampla sobre a educação no meio rural brasileiro. Foi a partir desse questionamento que surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998 (CALDART, 2012).

Em 1998 aconteceu a 1ª Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em Luziânia (GO), com o objetivo de mobilizar diferentes sujeitos sociais e entidades no debate

sobre a Educação Básica do campo no cenário nacional. Esta conferência foi antecedida por encontros estaduais que reuniram diferentes sujeitos sociais que se preocupavam com a questão da educação básica do campo.

Como resultado dos debates empreendidos nesses eventos, ocorreu a criação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Trata-se de uma rede de mobilização formada pelo MST, UNICEF, UNESCO, UnB e CNBB através do seu setor de educação e das pastorais sociais (ARROYO, 2010).

Outro fato que marcou a trajetória histórica do movimento da Educação do Campo foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002) pelo Conselho Nacional de Educação, através da Câmara da Educação Básica. Nestas diretrizes, a referência feita à Educação do Campo é de uma conquista histórica dos povos do campo, significando um passo importante no sentido de priorizar políticas públicas, além de possibilitar novas estratégias de reivindicação de lutas dos sujeitos do campo por educação e por escola.

Por ocasião da publicação das Diretrizes, em 2002, a Articulação Nacional realizou o I Seminário Nacional Por uma Educação do Campo, que envolveu diferentes entidades, órgãos públicos, movimentos sociais e sindicais. A partir dos debates realizados, a articulação e o movimento, que foram denominados inicialmente de “Por Uma Educação Básica do Campo” passaram a se chamar “Por Uma Educação do Campo”. Tal mudança ocorreu com objetivo de afirmar, primeiro, que os sujeitos do campo não querem educação somente na escola formal, tendo direito ao conjunto de processos formativos já constituídos pela humanidade; e, segundo, que o direito à escola pública do campo pela qual se luta compreende da educação infantil à universidade (MOLINA & JESUS, 2004). Todavia, foi especificamente em 2004, com a realização da 2ª Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, que a demanda pela formação dos professores do campo surgiu dos movimentos sociais, que passaram a reivindicar a valorização e a formação específica dos educadores para atuação em um contexto específico.

Assim, através de um importante projeto firmado entre os movimentos sociais e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2005, foi realizada a primeira experiência de um curso de Licenciatura em Educação do Campo em caráter experimental, com objetivo de possibilitar aos educadores do campo uma formação adequada para a atuação em todos os níveis da Educação Básica.

Em 2006, também em resposta à reivindicação, o Ministério da Educação (MEC) criou o PROCAMPO. De acordo com Costa (2013, p. 115), a implementação dessa proposta inovadora fortaleceu a Educação do Campo, pois se tratava de uma política pontual com o reconhecimento e valorização dos saberes e da cultura dos sujeitos do campo.

Por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (SECADI), em 2007, o MEC convidou quatro universidades federais - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade de Brasília (UnB) para protagonizarem um projeto piloto de Licenciatura em Educação do Campo. Segundo Antunes-Rocha et al. (2011), a escolha dessas instituições ocorreu devido ao acúmulo de experiências na formação de educadores do campo e/ou experiências na implementação de licenciatura por área de conhecimentos, bem como em gestão compartilhada com os sujeitos do campo.

O Decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, constitui-se como outro fato marcante na trajetória do movimento da Educação do Campo por elevá-la à condição de política de Estado.

Em 2012, o governo federal lançou o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), apresentado como um conjunto de ações articuladas de uma “política de Educação do Campo” nos termos do Decreto 7.352/2010. O PRONACAMPO prevê ações em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação Inicial e Continuada de Professores, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - Infraestrutura Física e Tecnológica (BRASIL, 2012).

A partir das ações do PRONACAMPO houve uma expansão da Educação Superior para os povos do campo, no âmbito da formação de educadores, com a implementação de 42 cursos de Licenciatura em Educação do Campo em Instituições de Ensino Superior brasileiras, de acordo com Molina (2015, p. 146). Contudo, a autora enfatiza que, apesar dessa ampliação significar um relevante avanço para a Educação do Campo, muitos serão os desafios a serem enfrentados na implantação e consolidação destes cursos para que não haja uma descaracterização da proposta concebida pelos movimentos sociais.

Conforme Caldart (2009) o percurso da Educação do Campo vem sendo construído com muitos avanços, mas também com muitos estreitamentos, percebidos principalmente na lógica de formulação de políticas públicas voltadas apenas para a educação escolar, e

distanciados da concepção de educação defendida pelos protagonistas desse movimento, que demandam políticas públicas relacionadas a todos os direitos dos cidadãos, como a produção, a cultura, a saúde, etc.

1.2. O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV: Características principais

O curso de Licenciatura em Educação do Campo¹ (LICENA), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), aprovado de acordo com o Edital SESU/SETEC/SECADI nº 2 de 31 de agosto de 2012, insere-se no contexto recente de implementação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no âmbito das ações do PROCAMPO.

Autorizada pelo CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFV - em 08 de outubro de 2013, conforme Ata nº 498, a proposta desta licenciatura apresenta como objetivo a formação de 120 (cento e vinte) educadores em docência multidisciplinar em Ciências da Natureza, com ênfase em agroecologia, para a atuação nas escolas do campo e em diversos espaços socioeducativos não formais.

É importante ressaltar que a partir do segundo processo seletivo para ingresso na LICENA houve alterações nas exigências do Edital. O primeiro processo seletivo foi realizado no dia vinte e três de fevereiro de 2014, através da aplicação de prova de múltipla escolha no valor total de 100 pontos distribuídos nos conteúdos de Biologia, Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática e Química. Além da classificação pela nota obtida na avaliação, o preenchimento das vagas estabelecia como prioridade o pertencimento aos seguintes grupos: 1) docentes que atuam ou já atuaram em escolas do campo; 2) educadores populares ou monitores vinculados à educação do campo; 3) sujeitos com vínculos aos movimentos sociais do campo; 4) egressos de escolas do campo; 5) trabalhadores do campo; 6) índios e quilombolas e 7) outros candidatos caracterizados como demanda social.

A partir do segundo edital de seleção, ao invés da aplicação da prova de múltipla escolha, os candidatos foram classificados com base na nota obtida nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Neste contexto, ficou estabelecido que o preenchimento das vagas observaria os mesmos critérios com relação à ordem e à prioridade dos grupos sociais do campo estabelecidos no edital do ano de 2014. Além disso, seria reservado 40% (quarenta por cento) das vagas aos candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em

¹ Este curso é ofertado pelo Departamento de Educação (DPE/UFV).

escolas públicas brasileiras, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

De acordo com Silva (2014), estas políticas afirmativas são essenciais, uma vez que a realidade da educação no Brasil revela que poucos alunos oriundos da rede pública estão inseridos em universidades públicas, o que “confirma a tendência de exclusão e incapacidade do sistema de acolher as camadas mais desfavorecidas da população” (SILVA, 2014, p.64). Além disso, é preciso lembrar que a maioria dos professores que atuam no meio rural não possui uma formação adequada de nível superior.

Antunes-Rocha (2010, p. 76) destaca que um curso se configura como Licenciatura em Educação do Campo a partir de três características básicas: protagonismo dos sujeitos e dos seus contextos de produção de vida, formação por área do conhecimento e organização dos tempos e espaços em alternância.

Com relação ao protagonismo dos sujeitos, a proposta pedagógica da LICENA busca contemplar sujeitos dos diferentes segmentos sociais do campo tais como professores das escolas do campo, filhos de trabalhadores do campo, educadores populares, assessores de movimentos e organizações do campo, monitores de Escolas Famílias, quilombolas, atingidos por barragem, dentre outros. Além disso, a proposta pedagógica da LICENA assume que os saberes e práticas gerados na produção e reprodução da vida no campo sejam utilizados como conteúdos estruturantes do currículo. Assim, a contextualização curricular busca o diálogo de conhecimentos como estratégia de organização dos conteúdos.

No que se refere à estratégia da habilitação de docentes por área de conhecimento, a LICENA confere ao egresso a habilitação em Ciências da Natureza para uma atuação nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na Educação do Campo. A referida habilitação possibilita ao egresso o exercício de atividades formativas que contemplem o universo escolar, mas que possibilitem pensar a educação para além desse espaço e como instrumento importante na construção de outro projeto de campo e de sociedade (PPP/LICENA/UFV, 2013).

É essencial entender e reafirmar a formação por área de conhecimento como uma importante estratégia para a política de expansão da Educação Básica no campo e para a transformação da escola. De acordo com Molina (2015, p. 148), a formação por área é apenas uma das ferramentas escolhidas (considerando as circunstâncias históricas determinadas) para desenvolver uma das dimensões (a docência) do projeto de formação de educadores que

possibilite pensar o caminho de transformação da escola desde o acúmulo de reflexões já existentes no âmbito da educação e dos movimentos sociais do campo.

A docência multidisciplinar por área de conhecimento permite que, ao concluírem o curso, os educadores estejam aptos a atuar no conjunto de disciplinas pertencentes ao campo da área de conhecimento - Ciências da Natureza - e não em uma única disciplina, como ocorre com as especializações e demais licenciaturas. Tal vivência contribui no sentido de existir no campo um profissional habilitado e capaz de realizar um trabalho que, na maioria das vezes, ele faz sem a devida formação.

No tocante à organização dos tempos e espaços em alternância (Tempo Escola e Tempo Comunidade), o currículo da LICENA está organizado em oito semestres a partir da utilização da Pedagogia da Alternância em sua modalidade integrativa. Nesse sentido, serão utilizados os seguintes Instrumentos de Alternância: Projetos de Estudo, Colocação em Comum/Círculos de Cultura, Caderno da Realidade, Viagens e visitas de estudo, Intervenções externas, Atividades de retorno e experiências, Projeto profissional e Serão. A LICENA está sendo oferecida no *campus* da UFV e parte das atividades do Tempo Comunidade está sendo realizada nos municípios de Acaiaca, Araponga e Catas Altas da Noruega. O Curso possui duração mínima de quatro anos com carga horária de 3.630 horas.

Nesse sentido, a criação do Curso Licenciatura em Educação do Campo na UFV tem como proposta atender às necessidades de formação superior de professores do campo. No entanto, a criação deste curso que atende novos perfis de estudantes tem instigado os pesquisadores que se ocupam das problemáticas da formação de professores do campo, interessados em conhecer esses perfis para propor a revisão dos projetos de formação docente. É necessário compreender, como nos aponta Silva (2014), quem é o discente da licenciatura em Educação do Campo, pois é na tentativa de compreender as variações constituintes desse novo perfil de licenciando, considerando a heterogeneidade social e cultural que caracteriza esse indivíduo, que se propõe uma análise desse estudante de modo a apreendê-lo em suas singularidades.

2. Metodologia

A partir dos objetivos propostos para este estudo, optamos pela abordagem da pesquisa quali-quantitativa, uma vez que o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os

significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (GODOY, 2005).

Sendo assim, buscando conhecer e compreender as trajetórias escolares dos estudantes da LICENA, no processo de coleta de dados foram combinados diferentes procedimentos técnicos, sendo eles, aplicação dos questionários, realização de entrevistas semiestruturadas e observação das atividades acadêmicas dos estudantes. No âmbito deste artigo serão discutidos os dados obtidos a partir da aplicação do questionário.

É importante mencionar que na pesquisa foi realizada uma etapa exploratória de coleta de dados, através da consulta aos documentos disponíveis na Secretaria da LICENA, onde buscou-se dados preliminares sobre o curso - programação das atividades - locais e horários; professores (nomes, telefones e *e-mails*); Projeto Político Pedagógico (aspectos relacionados à organização do trabalho pedagógico do curso, etc), e sobre os estudantes matriculados (sexo, endereço, telefone, *e-mails*, distribuição de acordo com os grupos sociais do campo descritos no Edital). Foi possível identificar nessa etapa da investigação que foram matriculados no curso 121 estudantes no ano de 2014.

Nessa fase da pesquisa, construímos o questionário com perguntas, em sua maioria, fechadas, que permitiram levantar as informações sobre a trajetória escolar e social dos estudantes da LICENA. Especificamente, foram tratadas informações sobre o percurso escolar dos licenciandos anterior ao ingresso no curso; níveis de escolarização e ocupação dos pais; faixa etária; sexo; vínculos com os movimentos sociais e populares do campo, dentre outros aspectos.

A sistemática adotada para a análise dos dados consistiu na organização e análise de todas as informações obtidas por meio de questionário, entrevista e observação, bem como daquelas obtidas por meio de fontes secundárias, de acordo com os pressupostos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2005). Tratou-se de uma análise de conteúdo de forma transversal do conjunto dos relatos, a partir da qual buscamos as recorrências entre os percursos escolares dos licenciandos no que se refere as especificidades de suas trajetórias, os estabelecimentos de ensino frequentados na educação básica; as razões para ingressar nesta licenciatura; os processos seletivos anteriores ao ingresso na LICENA e a conciliação dos estudos com o trabalho.

3. Resultados e Discussão

3.1. PERFIL DOS LICENCIANDOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Considerando as questões levantadas por diversos autores (SILVA, 2014; ANTUNES-ROCHA, 2010; DOS SANTOS, 2012) com relação à necessidade de se conhecer o perfil do estudante da licenciatura em Educação do Campo, a fim de oferecer pistas para ampliar a compreensão sobre esse novo público que ingressa no Ensino Superior, apresentamos o perfil dos alunos da primeira turma da LICENA.

A turma de alunos ingressos na LICENA no ano de 2014, denominada por eles mesmos de “Sementes do Amanhã”², possuía 121 alunos matriculados. No entanto, no decorrer do primeiro semestre de 2014, ocorreram sete desistências³ formais e alguns alunos não estavam sendo frequentes no curso. No segundo semestre de 2014 frequentavam o curso um total de 90 alunos, aos quais foi aplicado um questionário contextual composto de 32 questões que objetivaram conhecer o perfil da turma. Sendo assim, apresentamos a seguir os dados obtidos a partir do retorno de 60 questionários, que representa 66,7% do universo pesquisado. Foi observada, inicialmente, na primeira turma do curso de licenciatura em Educação do Campo da UFV, a faixa etária, o sexo e a autodeclaração de pertença étnico/racial.

Os estudantes da LICENA são, em sua maioria, 47% (N=28) jovens com idade entre 17 e 21 anos, 17% (N=10) possuem entre 22 e 26 anos, 13% (N=8) possuem entre 27 e 32 anos, 13% (N=8) possuem entre 33 e 47 anos, 7% (n=4) possuem idade acima de 47 anos e apenas 3% (n=2) não indicaram a sua idade no questionário.

Ao analisar como os jovens oriundos do meio rural vivenciam o ingresso em uma universidade pública a partir de relatos escritos de 20 alunos da primeira turma regular do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFMG, Cunha (2011, p. 274) encontrou a seguinte distribuição da faixa etária dos estudantes: a) até 20 anos - três alunos; b) de 21 a 30 anos - 11 alunos; c) de 31 a 40 anos - 05 (cinco) alunos e d) acima dos 40 anos - 01(um)

² A escolha no nome da primeira turma da LICENA/UFV aconteceu no dia 20 (vinte) de outubro de 2014, durante a realização do Conselhão, no Auditório do Pavilhão de aulas II/UFV. A partir das sugestões, do total de 52 alunos presentes, 46 se mostraram favoráveis ao nome “Sementes do Amanhã”, ficando escolhido assim o referido nome.

³ Os motivos que levaram estes alunos a desistirem de realizar o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV não são conhecidos, evidenciando a necessidade de estudos que investiguem o perfil e as motivações destes estudantes.

aluno. A partir destas informações, a autora destaca que a faixa etária dos estudantes pesquisados revela um descompasso etário entre a maior parte dos ingressantes nas universidades públicas no país, cuja idade média oscila entre os 18 e os 24 anos de idade.

Em sua pesquisa, que objetivou compreender os discursos dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG sobre ser educador do campo, Ângelo (2013, p. 94) observou que a faixa etária dos alunos que ingressam no referido curso em 2008 encontra-se assim distribuída entre os 58 estudantes que declararam a idade: a) 18 a 24 anos - 36%; b) 25 a 29 anos - 15%; c) 30 a 39 anos - 33% e d) 40 a 49 anos - 15%. A partir destes dados, a autora constata que, apesar do equilíbrio entre jovens e adultos, quando observamos a idade média de ingresso no Ensino Superior, percebemos que a maioria, 63% dos estudantes, está fora da faixa de idade.

Neste estudo são considerados “jovens” aqueles que possuem de 15 a 29 anos de idade, pois este é o recorte etário utilizado pelo poder público e por organismos internacionais. De acordo com a Lei Nº 12.852, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em 05 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove anos), o que corresponde a cerca de 51 milhões de brasileiros. A referida lei determina, ainda, que outros direitos devem ser garantidos, especificamente aos jovens do campo, a partir da Política Nacional de Educação do Campo como a ampliação da oferta de educação em todos os níveis e modalidades educacionais.

Se compararmos a faixa etária dos alunos das licenciaturas em Educação do Campo nesta pesquisa aos dados obtidos por Cunha (2011, p. 274) e Ângelo (2013, p. 94), considerando o recorte atual de “jovem”, observamos que a maioria (70%) dos estudantes se encontram na faixa etária ideal de ingresso no Ensino Superior. De acordo com a distribuição, 70% (N=42) possuem idade entre 17 e 29 anos, 13% (N=8) possuem entre 30 a 42 anos, 12% (N=7) possuem entre 43 e 55 anos, 3% (N=2) não indicaram a idade no questionário e apenas 2% (N=1) possui idade acima de 55 anos. A partir disso, poderíamos indicar que as políticas afirmativas, com especificidades voltadas para a Educação do Campo, estão tendo um peso decisivo na construção de um novo cenário da Educação Superior no Brasil por meio da inserção de novos sujeitos que conseguiram superar as dificuldades impostas à sua escolarização no campo e do ingresso em uma universidade pública.

No tocante ao sexo, a primeira turma do curso de licenciatura em Educação do Campo da UFV é composta por 37 mulheres (62%) e 23 homens (38%). Assim, os dados obtidos vão

ao encontro de outros dois estudos que investigaram cursos de licenciatura em Educação do Campo e observaram que prevalece o sexo feminino (BARBOSA, 2012; ÂNGELO, 2013).

No estudo que consistiu em analisar se o processo formativo inicial em desenvolvimento no curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo (LPEC) promovido pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará (IFPA), atende às necessidades formativas dos/as educadores/as do campo, Costa (2012, p. 124) também observou a predominância do sexo feminino (59%) contra (41%) do masculino. Nesse sentido, a autora aponta que esse é um dado interessante que anuncia o magistério como uma profissão feminina, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. Neste cenário, os homens vão ocupando o posto de outras profissões consideradas superiores, porque a ESCOLA NORMAL se tornou uma das poucas possibilidades de a mulher prosseguir com os estudos. Essa rápida digressão histórica ajuda apontar que a feminização do magistério está diretamente relacionada aos fatores históricos, econômicos, políticos e ideológicos, bem como à diferença de gênero.

Ao analisar questões relacionadas à formação de professores no Brasil, apesar de não apresentar dados sobre as licenciaturas em Educação do Campo, Gatti (2010, p. 1.362) ressalta a necessidade de se investigar os alunos das licenciaturas, em torno das suas características e expectativas, uma vez que estes fatores podem definir as aprendizagens e seus desdobramentos na atuação profissional docente. Ainda, destaca que, com relação ao sexo, como já é sabido, há uma feminização da docência, uma vez que 75,4% dos licenciandos são mulheres e este não é fenômeno recente. Desde o final do século XIX, as mulheres começaram a ser recrutadas para o magistério das primeiras letras. A própria escolarização de nível médio da mulher se deu pela expansão dos cursos de formação para o magistério, permeados pela representação do ofício docente como prorrogação das atividades maternas e pela naturalização da escolha feminina pela educação.

Segundo Ávila & Portes (2009, p. 92), o acesso, a permanência e o rendimento escolar já não são mais categorias de discriminação de gênero no campo da Educação Superior no Brasil. Entre as modificações sociais de gênero ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, a inserção da mulher na universidade tem se mostrado uma das mais significativas.

Quanto à autodeclaração de pertencimento étnico/racial, os dados indicaram que 41% (N=24) dos estudantes se declaram pardos, 29% (N=17) negros, 27% (N=16) brancos e 3% (N=3) indígenas. Esse dado difere dos encontrados em outros estudos, tais como os de Cunha

(2011) e de Eugênio (2011), que apesar de não analisarem essa característica no contexto de um curso de licenciatura em Educação do Campo, afirmam que o acesso de pessoas negras e pardas ainda é muito reduzido no Ensino Superior.

Para Cunha (2011, p. 275), a variável cor se apresenta como condicionante significativo na escolarização para o ingresso no Ensino Superior, pois a proporção de negros e pardos que ultrapassa a fronteira dos onze anos de estudos (tempo necessário para ascender ao Ensino Superior) mostra-se sempre menor do que a proporção de brancos nessas condições.

Ao investigar as trajetórias de dez estudantes negros dos meios populares na Universidade do Sudoeste da Bahia, Eugênio (2011, p. 3) destaca que os estudos pioneiros que tratam do acesso da população negra no Brasil debruçaram-se sobre a Educação Básica, devido, principalmente, aos altos índices de evasão e repetência, particularmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Estudos também têm relatado sobre a questão do Ensino Médio constituir-se como uma barreira quase intransponível para essa camada da população. O referido autor destaca que, apesar de ter havido um crescimento das pesquisas que tratam do acesso ao Ensino Superior a partir da década de 1990, através da instituição das políticas de ações afirmativas, não tem se dado a devida importância para as questões de gênero e etnia.

(...) Acredito que, as discussões atuais não podem negligenciar esse aspecto, visto que os casos de sucesso escolar têm além da variável social, também uma variável de etnia e de gênero, isto é, as pessoas das camadas populares que alcançam êxito na escola têm cor e sexo (EUGENIO, 2011, p. 4).

Trata-se também de analisar se a presença na LICENA de 41% (N=24) dos estudantes que se declaram pardos, 29% (N=17) negros e 3% (N=3) indígenas foi viabilizada pela especificidade do edital que estabelecia como critério de classificação para preenchimento das vagas à pertença a grupos sociais do campo.

Nesse sentido, observamos que a distribuição dos alunos respondentes ao questionário, de acordo como os grupos estabelecidos, se configura da seguinte maneira: 30% (N=18) se classificam com sujeitos com vínculos aos movimentos sociais do campo; 23% (N=14) como trabalhadores do campo; 18% (N=11) egressos de escolas do campo 7% (N=4) são docentes que atuam ou já atuaram em escolas do campo, 7% (N=4) educadores populares ou monitores

vinculados à Educação do Campo, 8% (N=5) índios ou quilombolas e 7% (N=4) estudantes por demanda social.

Outra característica desses estudantes refere-se à origem campesina. Os dados indicaram que, dentre os sujeitos investigados, 83% (N=50) são da zona rural e 17% (N=10) são da zona urbana. Essa predominância de sujeitos da zona rural pode estar também em estreita relação com a especificidade da LICENA por se tratar de um curso voltado para os sujeitos com vínculo ao campo.

Destaca-se, então, que a proximidade da universidade com o local de moradia dos estudantes aparece como uma característica marcante da LICENA. A maioria dos estudantes da LICENA (88,3%) é proveniente do estado de Minas Gerais, e podem ser distribuídos nas cidades de Espera Feliz, Viçosa, Divino, Resplendor, Tumiritinga, Canãa, Araponga, Ervália, Mariana, Catas Altas, Ouro Verde de Minas, São Miguel do Anta, Sem Peixe, Paula Cândido, Santana do Manhuaçu, Presidente Bernardes e Guaraciaba. Quanto à distribuição por mesorregiões, é representativo o número de estudantes que pertencem à região da Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Mucuri.

No estado do Espírito Santo, os estudantes são provenientes das cidades de Vila Valério, Governador Lindenberg, Jaguaré e Marilândia. Apenas um estudante é do Rio de Janeiro e apenas um advém da cidade de Correntina na Bahia.

Os dados sobre o local de residência atual dos estudantes revelam que, após o primeiro semestre do curso, a maioria 73% ainda continua residindo no meio rural. Para Cunha (2011, p. 271), um dos desafios enfrentados por jovens do campo no percurso de realização de um curso de licenciatura, mesmo em regime de alternância, refere-se a questões como se dedicar integralmente a um curso em outra cidade ou estado e deixar a sua unidade de subsistência, passar vários dias longe dos familiares, bem como conciliar estudo e trabalho. Tais questões não puderam ser negligenciadas na desistência de muitos alunos na turma de 2009 da UFMG.

Em relação ao estado civil dos estudantes da primeira turma da LICENA, 46 são solteiros, nove são casados, um é divorciado e outros quatro indicaram que possuem outro estado civil sem descrevê-lo. Aqueles que têm filhos são 28%, sendo que desse grupo a média no número de filhos é distribuída da seguinte forma: oito estudantes possuem um filho; cinco estudantes possuem dois filhos, dois estudantes possuem três filhos, dois estudantes possuem quatro filhos e a maioria não tem filhos (72%).

Outro aspecto marcante dos estudantes da LICENA é a religião e/ou práticas religiosas. Dentre os 60 estudantes que responderam esse item no questionário, a maioria se declarou católica (N=48), sete se declararam protestantes ou evangélicos, três afirmaram não possuir religião e dois estudantes declararam pertencer a religião espírita.

Comparando essa característica aos dados da pesquisa desenvolvida por Ferreira & Silva (2013) sobre o conjunto de propriedades sociais e culturais que se constituíram importantes na construção das trajetórias universitárias dos estudantes do curso de Pedagogia da UFPE, observou-se que um traço marcante dos sujeitos investigados é a religião. Dos 114 estudantes pesquisados pelas autoras, 87 declaram pertencer a alguma religião. Desses, 41 eram evangélicos, 37 católicos, seis espíritas e três não especificaram a religião.

No que se refere ao envolvimento dos estudantes da LICENA em atividades em suas comunidades, observamos que os mesmos já participaram, ao longo da vida, de atividades ligadas ao movimento religioso (37%), ao movimento social (22%), ao movimento sindical (18%), ao movimento estudantil (9%), às Organizações Não-Governamentais - ONG's - (6%) e apenas 8% nunca participaram.

É importante destacar que o envolvimento dos estudantes ultrapassava a mera participação, pois dentre os 60 estudantes, 44 responderam a função exercida nas atividades. Destes, 71% indicaram que exerciam alguma função de liderança dentro dos movimentos e organizações com os quais estavam envolvidos: diretores, coordenadores de EFAs; Pastoral da Juventude Rural, militantes no trabalho de base, secretários, educadores. Apenas 29% dos estudantes indicaram que apenas frequentam algumas atividades ligadas principalmente ao movimento religioso.

Para Costa (2012), o fato de muitos educandos da LPEC desenvolverem atividades ligadas à igreja como representante de grupo de jovens, dirigentes de cultos/rituais religiosos pode indicar o envolvimento com a dinâmica da comunidade, ampliando a função desses formandos para além da docência em sala de aula. Confirmamos, assim, que esses profissionais já vêm desempenhando, de certa maneira, aspectos tanto da gestão dos processos educativos comunitários como da gestão de processos educativos escolares.

Quanto ao início da formação escolar dos estudantes da LICENA, os dados indicam que a maioria (N= 42) frequentou a pré-escola, sendo que cinco estudantes iniciaram os estudos com quatro anos de idade, 10 estudantes iniciaram com cinco anos de idade, 27 iniciaram com seis anos de idade e 18 estudantes declaram não ter frequentado a pré-escola.

Dentre os que frequentaram a pré-escola, 61% (N=25) frequentaram escolas no campo e 39% (N=16) frequentaram escolas na cidade. No entanto, diversas pesquisas se preocupam com a realidade educacional do meio rural e apontam para o reduzido número de escolas. Desse modo, como explicar que a maioria dos estudantes da LICENA, respondentes do questionário, declaram ter cursado este nível de ensino em escolas no campo?

Com relação ao Ensino Fundamental, os dados indicaram que 39% (N=23) dos estudantes realizaram seus estudos parcialmente em escolas no campo e em escolas na cidade. Somente os anos iniciais foram cursados em escolas do campo, uma vez que 34% (N=20) cursaram o Ensino Fundamental somente em escolas na cidade e 27% (N=16) cursaram somente em escolas do campo. Os dados revelaram ainda que 79% dos estudantes não interromperam os estudos durante a realização do Ensino Fundamental. De acordo com Zago & Bordignon (2012), o fato de os estudantes não terem sido reprovados no Ensino Fundamental e Médio sugere que isto pode ser um elemento mobilizador da continuidade dos estudos.

Os dados sobre o Ensino Médio, indicam que essa etapa foi concluída no período de três anos por 36 estudantes, seguidos por 12 estudantes que concluíram o Ensino Médio com quatro anos, oito estudantes que concluíram em menos de três anos⁴ e apenas um estudante precisou de cinco anos ou mais para finalizar esta etapa da escolarização.

Nesse sentido, não houve uma interrupção dos estudos pela maioria dos estudantes durante o Ensino Médio, mesmo que 58% tenha indicado necessitar conciliar outra atividade com os estudos. Dentre as atividades realizadas, a maioria se encarregava de ajudar os pais na agricultura. Esses dados corroboram a ideia de Cunha (2011, p. 272) ao discutir alguns aspectos da precariedade, que continua sendo uma marca da Educação do Campo no Brasil, apresenta o levantamento realizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em 2010. Entre as cinquenta escolas de estados que participaram da pesquisa, quase um terço das crianças exerce uma atividade laboral - a maior parte (92%) “ajudando os pais na roça” ou “com o gado”.

⁴ As respostas a respeito da conclusão do Ensino Médio em menos de 03 anos foram limitadas, pois não foi possível identificar se a conclusão ocorreu por aceleração dos estudos, como projetos de educação de jovens e adultos, dentre outros.

Diversos estudos (CUNHA, 2011; EUGENIO, 2011) apontam que dimensões como a escolaridade e a ocupação dos pais se desdobram numa perspectiva dinâmica a longo prazo, e refletem nas oportunidades de acesso do jovem pobre ao Ensino Superior.

No que tange à escolaridade do pai dos estudantes da LICENA, os dados revelam que oito são analfabetos, 42 pais concluíram os anos iniciais do Ensino Fundamental, dois pais concluíram os anos finais do Ensino Fundamental, sete pais possuem o Ensino Médio e um estudante não soube responder qual a escolaridade do pai.

No que se refere às mães, os dados revelam que três são analfabetas, 39 concluíram os anos iniciais do Ensino Fundamental, 11 concluíram os anos finais do Ensino Fundamental, cinco possuem o Ensino Médio, uma possui o Ensino Superior completo e uma mãe possui o Ensino Superior incompleto,

O nível de escolarização tem uma relação com o tipo de ocupação dos pais dos estudantes. Diante disso, foi significativa entre os estudantes da LICENA a ocupação dos pais em atividades manuais em detrimento das ocupações no comércio e em atividades intelectuais. De acordo com os dados, 76% dos pais são agricultores e 24 % estão distribuídos nas funções de pedreiro, seleiro, sapateiro, mecânico, carpinteiro, motorista e operador de máquinas. Entre as mães, 81% exercem atividades manuais, sendo 59% agricultoras e 22% cuidam da casa, atuam na função de costureira e de empregada doméstica e 9% das mães realizam funções intelectuais como professora e servidora pública e 1% das mães exerce função no comércio. 7% dos estudantes não responderam a esta questão. Desse modo, o baixo nível de escolarização e o alto índice de ocupações de baixo prestígio social e econômico dos pais são traços marcantes nas trajetórias dos estudantes da LICENA.

O fato de ser a primeira pessoa da família a ingressar no Ensino Superior é a realidade de 53% (N=32) estudantes que ingressaram na LICENA. Por outro lado, 47% (N=28) estudantes afirmaram não ser a primeira pessoa da família a ingressar no Ensino Superior. Conforme Cunha (2011, p. 273), ao se analisar as trajetórias dos jovens camponeses, um aspecto a ser observado diz respeito à escolarização quase incipiente de outros membros de suas famílias. Dos 20 estudantes presentes as atividades solicitadas para o registro de suas experiências, 9 afirmaram ser a primeira pessoa a cursar uma universidade pública. Dentre aqueles que afirmaram não ser a primeira pessoa a cursar uma universidade, a maioria citou tios e primos como os primeiros a romper o ciclo elementar de escolarização.

4. Considerações Finais

Este trabalho apresenta parte de resultados de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer, descrever e analisar as trajetórias sociais e escolares dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LICENA) - UFV.

As recentes pesquisas que se ocuparam de investigar os cursos de licenciatura em Educação do Campo no Brasil (ANTUNES-ROCHA, 2010; CALDART, 2012; SILVA, 2014), indicaram que o fato dos estudantes destes cursos serem advindos de diversos movimentos sociais e populares do campo possibilitaram uma formação acadêmica pautada na participação ativa e consciente dos educandos, que de forma coletiva assumem o seu processo de aprendizagem.

Desse modo, o primeiro dado que chama a atenção refere-se ao envolvimento dos estudantes da LICENA em atividades em suas comunidades, observamos que os mesmos já participaram, ao longo da vida, de atividades ligadas ao movimento religioso, ao movimento social, ao movimento sindical, ao movimento estudantil e às Organizações Não-Governamentais - ONG's.

É importante destacar que o envolvimento dos estudantes ultrapassava a mera participação, pois dentre os 60 estudantes, 44 responderam a função exercida nas atividades. Destes, 71% indicaram que exerciam alguma função de liderança dentro dos movimentos e organizações com os quais estavam envolvidos: diretores, coordenadores de EFAs; Pastoral da Juventude Rural, militantes no trabalho de base, secretários, educadores. Apenas 29% dos estudantes indicaram que apenas frequentam algumas atividades ligadas principalmente ao movimento religioso.

Os estudantes da LICENA são, em sua maioria, jovens do sexo feminino e que possuem uma origem campesina. Os dados indicaram que, dentre os sujeitos investigados, 83% (N=50) são da zona rural e 17% (N=10) são da zona urbana. Essa predominância de sujeitos da zona rural pode estar também em estreita relação com a especificidade da LICENA por se tratar de um curso voltado para os sujeitos com vínculo ao campo. Destaca-se, então, que a proximidade da universidade com o local de moradia dos estudantes aparece como uma característica marcante da LICENA.

No tocante ao processo de escolarização dos sujeitos desde os seus primeiros contatos escolares. Os dados indicam que, a maioria dos estudantes frequentou apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental em escolas rurais da sua comunidade e não interromperam os estudos, pois houve a continuidade da escolarização em escolas da cidade. Este é um dos desafios da

Educação do Campo, pois, apesar das políticas adotadas, a realidade em todas as regiões do país, no que se refere ao reduzido número de escolas do campo, com infraestrutura adequada e docentes qualificados, constitui-se em uma demanda latente.

Nesse sentido, o percurso dos estudantes é bastante semelhante quanto à necessidade de frequentar escolas distantes de suas casas para a continuidade dos estudos, trazendo vivências singulares para cada um deles. Dentre as mais marcantes, encontra-se a dificuldade com o transporte escolar em época de chuvas e a dificuldade de se reconhecer suas identidades camponesas em novas escolas, fora dos limites da família, da casa, da comunidade e dos grupos de amizades.

Constatamos também que os licenciados investigados são filhos de agricultores. E que a escolaridade das mães ultrapassou os anos de estudos dos pais. Desse modo, os licenciandos em sua maioria, são os primeiros membros de sua família a ingressar no Ensino Superior.

É preciso compreender que a Educação do Campo em seu processo recente de ocupação escolar e sua própria dinâmica de consolidação se faz em movimento, modificando o cenário da universidade. Foi possível perceber que a vinda de estudantes de diversas cidades cria salas de aula diversificadas, propiciando o contato com outras realidades, favorecendo uma ampliação do olhar para a própria realidade. Conforme Arroyo (2010), estes cursos abarcam uma diversidade social que os cursos de licenciatura comuns ainda não possuem. Desse modo, essas experiências podem proporcionar à universidade um processo de democratização que abranja os coletivos diversos em suas especificidades.

Para Martins (2012), é impossível dizer qual a maior contribuição destes cursos para o Ensino Superior, se é a sua contribuição para a democratização do acesso com o aumento de vagas para as camadas populares, ou a democratização do conteúdo, uma vez que as experiências singulares com outros saberes contribuem significativamente para configurar outras formas de organização do Ensino Superior brasileiro.

Contudo, Molina (2015) nos faz refletir sobre o processo de realização das experiências de formação dos sujeitos do campo pelas licenciaturas em Educação do Campo como envolvimento em uma série de armadilhas. À medida em que a expansão e ampliação destes cursos representa inúmeras potencialidades para a Educação do Campo, representa também os riscos de se perderem os princípios estruturantes desta proposta de formação, a partir das estratégias de ingresso a serem mantidas para os sujeitos camponeses como determinantes

para a qualidade da formação diferenciada aos educadores, visto que nada substitui a vinculação concreta com as lutas sociais e coletivas do campo.

A Educação do Campo se constitui na atualidade como uma área de estudos em constante construção e reconstrução. Assim, cumpre ressaltarmos aqui que esta pesquisa, de forma muito modesta, apresentou singularidades das trajetórias dos licenciados da Educação do Campo da UFV, buscando inquietar a todos que se dedicam aos estudos nessa área.

Referências

ÂNGELO, Aline. Aparecida. *O que é ser educador do campo: os sentidos construídos pelos estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, 2013, 150 p. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestradoeducacao/disserta%E7%E3o_final.pdf. Acesso em: 04 jul. 2014.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. *Desafios e perspectivas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de licenciatura em educação do campo desenvolvido na FAE/UFMG*. In: SOARES, Leôncio de; et al. (Orgs.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ARROYO, Miguel. González. *Educação do campo: movimentos sociais e formação docente*. In: SOARES, Leôncio et. al. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 478-488.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio. Antônio. *Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior*. Mal-estar e Sociedade, ano II, n.2, Barbacena, jun, 2009, p.91-106. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/13>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BARBOSA, A. I. C. *A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do projeto à emergência e tramas do caminhar*. Brasília, 2012, 352p. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11286>. Acesso em: 04 jul. 2014.

BARDIN, Laurence. A análise da enunciação. In: *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Editora Persona, Edições 70, 1977, p.169-174.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI N° 12.852/2013. *Institui o estatuto da juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude*. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 05 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa De Apoio À Formação Superior Em Licenciatura Em Educação Do Campo (Procampo). Disponível em:

[HTTP://PORTAL.MEC.GOV.BR/INDEX_PHP?OPTION=COM_CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=12394&ITEMID=679](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12394&Itemid=679). Acesso em: 15. Jan. 2014.

CALDART, Roseli. Salete. *Educação do Campo: notas para uma análise de percurso*. Trabalho, educação e saúde (online), Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.35-64, 2009. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun.2013.

CALDART, Roseli. Salete. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2013.

COSTA, Eliane Miranda. *A formação do educador do campo: um estudo a partir do Procampo*. 2012. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém. Disponível em:https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/06/eliane_miranda_costa.pdf.

COSTA, Eliane Miranda. Formação de educadores/as do campo: reflexões acerca do programa de apoio a formação superior em licenciatura em educação do campo – procampo. *Revista de Educação: Educere et Educare*, vol. 8, nº 15. jan./jun. 2013, p. 107-118. Disponível em:<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/9196>. Acesso em: 05 jan. 2013.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. Expectativas de jovens camponeses na universidade: Os desafios de uma formação em nível superior. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 263-283, jan/jun. 2011. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15040>.

EUGÊNIO, B. G. Trajetórias de estudantes negros dos meios populares na UESB. *Anais: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador, 07 a 10 de Agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2011.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de Conteúdo*. 2 Ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FERREIRA, Daniela Maria; SILVA, Maria Emília Lins. A religião e o trabalho na construção de estratégias de permanência na universidade pública: Um estudo sobre a trajetória universitária de estudantes do curso de Pedagogia da UFPE. *Est. Soc.* (online), v. 1, n. 19, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235535/28512>.

GATTI, Bernadette. *Formação De Professores No Brasil: Características e Problemas*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GODOY, Arilda Shmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo, *Revista De Administração de Empresas*, v.35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 2005.

MARTINS, Fernando José. A Pedagogia da Terra: Os sujeitos do campo e do ensino superior. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 36, 2012, p. 103-119.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos. *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p.145-166, jan/mar. 2015.

MUNARIN, Antônio. *Movimento Nacional de Educação do Campo*. Anais da 31ª Reunião da Anped. Caxambu/MG, 19 a 22 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix. *Relativismo e Escolanovismo na Formação do Educador: Uma Análise Histórico-Crítica da Licenciatura em Educação do Campo*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Bahia, 268P, 2011.

SILVA, Santuza Amorim. Os novos estudantes de Licenciatura no contexto da expansão do Ensino Superior. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, Minas Gerais. v. 17, n. 23, 2014, p. 59-84. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/528>. Acesso em: 10 jun. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Projeto Político Pedagógico: Curso de Licenciatura em Educação do Campo*. Viçosa, Minas Gerais, 2013.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, p.121-135, maio/ago. 2007.
